

“Que mão estendida é essa que não tem nada dentro?”: A Anistia de 1979 entre a Conciliação e a Imposição do Governo Figueiredo¹

Juliane CAVALCANTE²

Graduanda

Denilson BOTELHO³

Doutor

Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP

Resumo

Em agosto de 1979, próximo ao momento de promulgação da Lei da Anistia, jornais da grande imprensa que circulavam nos espaços urbanos do eixo Rio-São Paulo lembraram trechos do pronunciamento de João Batista Figueiredo do momento de sua posse como último Presidente da ditadura civil-militar. A declaração mencionava o projeto de conciliação nacional através da abertura política. Apesar disso, as imposições de um programa de governo ainda autoritário não coincidiam com as intenções na fala de Figueiredo. No Rio de Janeiro, O Globo, o Jornal do Brasil e a Tribuna da Imprensa e em São Paulo, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo foram responsáveis por trazer notícias sobre o discurso do presidente. Pretende-se neste artigo analisar as publicações nesses jornais, observando a maneira com que cada um se apropriou desse episódio.

Palavras-chave: Historiografia da mídia; Ditadura civil-militar; Anistia; Abertura política; Imprensa.

No dia 23 de agosto de 1979, o general e presidente da República João Batista Figueiredo⁴ realizou uma visita à prefeitura de Batatais, município localizado no interior do estado de São Paulo. Durante sua viagem, Figueiredo juntou-se ao prefeito da cidade e demais convidados no salão nobre da prefeitura, local em que proferiu um longo discurso abordando, dentre outros aspectos, as medidas que seu governo tomaria para “resgatar a democracia no país”. Nesse momento, completavam-se cerca de quinze anos do golpe que havia instaurado

¹ Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia. Registro candidatura no Prêmio José Marques de Melo.

² Graduanda em História pela Unifesp e Bolsista de Iniciação Científica da Fapesp, processo 2020/15704-7. Desenvolvendo o projeto de pesquisa “História e imprensa no processo de redemocratização do Brasil: conflitos e disputas na cobertura jornalística sobre a Anistia de 1979”, sob orientação do Prof.º Dr. Denilson Botelho. email: juliane.cavalcante@unifesp.br

³ Doutor em História pela Unicamp. Professor do Departamento de História da Unifesp. email: botelhofdenilson@gmail.com

⁴ João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999) nasceu no Rio de Janeiro, à época capital do país. Ingressou na carreira militar pela Escola Militar do Realengo, no Rio, em abril de 1935. Foi chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1969-1974) e do SNI, o Serviço Nacional de Informações (1974-1978). Venceu a eleição indireta para presidência pelo Aliança Renovadora Nacional (ARENA), assumindo o cargo em 15 de março de 1979, com mandato até 1985, sendo o último presidente da ditadura militar. Cf. (COSTA; RAMOS, 2010).

a ditadura militar no Brasil, em 1º de abril de 1964. Em sua fala, o general anunciou que manteria sua “mão estendida em conciliação”.

Figueiredo remetia-se à mensagem do dia em que assumiu a Presidência da República, momento no qual afirmou que seguiria adiante com a política de liberalização e abertura democrática iniciada no governo anterior, do general Ernesto Geisel⁵. No dia 16 de março de 1979, a Folha de S. Paulo publicou a notícia sobre a chegada do general à presidência. O seu discurso na cerimônia de posse, em Brasília, contou com pouca participação popular. Ao transmitir a faixa presidencial, o então ex-presidente general Ernesto Geisel, também realizou um pronunciamento. Logo após, ao se despedir do Palácio do Planalto, emocionou-se ao som da canção "Valsa do Adeus", momento no qual Figueiredo começou a empossar os novos Ministros de seu governo (DEMOCRACIA..., 1979, p. 01).

Ambos os discursos de Figueiredo, tanto o de sua posse, assim como o de Batatais, tiveram ampla repercussão em alguns dos principais jornais que circulavam no país nessa época. Dentre eles, O Globo foi o responsável por uma das publicações a respeito dessa fala. Em sua edição do dia 24 de agosto de 1979, o periódico estampava a manchete: “Figueiredo insiste na reconciliação nacional” (FIGUEIREDO..., 1979, p. 01). A chamada relatava como, em tons emocionados, o presidente havia feito um discurso que defendia seu desejo de construção de um novo país. A matéria foi publicada na página seis do periódico, na qual a declaração foi exposta integralmente.

Nesse sentido, vale destacar alguns excertos do jornal O Globo, responsável por registrar a fala completa de Figueiredo. Dentre eles, o início de seu discurso, em que afirmou: “[...] confesso aos senhores que eu e os meus companheiros quando tomamos parte da Revolução de 31 de março de 1964 tínhamos rumos bem definidos e democráticos”. E prosseguiu, “jamais poderíamos pensar que a violência levasse a atitude que nós nunca defendemos, que nós nunca quisemos [...]” (FIGUEIREDO..., 1979, p. 06). Podemos constatar, nesse primeiro momento, algumas das contradições presentes na fala de Figueiredo. Segundo Maria Celina D’Araujo e Mariana Joffily, nos dias seguintes ao golpe civil-militar que deu origem à ditadura no país, ocorreram uma série de prisões arbitrárias de lideranças de movimentos sociais e sindicais, abrangendo, por exemplo, membros da Liga dos Camponeses e da Ação Popular (AP). Em 1º de abril de 1964, a sede da União Nacional

⁵ Ernesto Geisel (1907-1996) nasceu em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Matriculou-se em 1925 na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Assumiu o posto de chefe Gabinete Militar do Presidente da República (1961) e (1964-1967), foi Ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969) e assumiu o cargo de Presidente da República entre 1974 e 1979, sendo responsável pelas primeiras medidas de distensão e reabertura política. Cf: (COUTINHO, 2010)

dos Estudantes, que ficava localizada na cidade do Rio de Janeiro, acabou sendo invadida e incendiada por militares (D'ARAÚJO; JOFFILY, 2019, p. 14).

O processo comentado por Figueiredo como “revolucionário” e “com rumos bem definidos e democráticos”, foi responsável, de maneira quase imediata, pela destituição de cargos públicos, cassação de mandatos de deputados, assim como pela prisão e morte de estudantes e pela invasão de universidades consideradas subversivas. O que foi tratado como “movimento de 1964” ou “revolução de 1964”, na realidade, era a realização de um golpe militar que contou com o apoio e participação dos setores civis e empresariais do país e foi responsável pela deposição do presidente eleito João Goulart⁶. Daniel Aarão Reis observou ainda que as diversas Marchas da Família com Deus pela Liberdade nas mais variadas cidades do país, e os significativos índices de popularidade dos governos ditatoriais, que em grande parte se notabilizaram pela repressão, indicariam a participação civil desde o momento do golpe militar em 1964, bem como durante os anos seguintes (REIS, 2010, p. 171).

Em outro momento do discurso de Figueiredo, é dito:

“O que nós queríamos em 31 de março de 1964 é que o governo respeitasse a lei, respeitasse aquela Constituição. Infelizmente Deus não nos ajudou para que os rumos da nossa Revolução fossem sempre os mesmos [...].

E eu [...] disse a primeira vez em Uruguaiana [município do Rio Grande do Sul] que ia fazer deste país uma democracia. E eu disse várias vezes antes de tomar posse e quero neste momento reafirmar que a minha determinação é a mesma de quando assumi a Presidência da República. E que hei de fazer deste país aquela democracia que meu pai me ensinou e não aquela democracia que outros querem me ensinar. E se eu *estendo minhas mãos em conciliação* [grifo nosso] aqueles que não tem confiança nas minhas afirmações ou nas minhas intenções é porque eu quero fazer a confraternização dos brasileiros. *Quero perdoar inclusive aqueles que momentaneamente se esqueceram dos deveres para com a pátria* [grifo nosso]

Quero perdoar, inclusive, a mim mesmo por ter cometido injustiças mentais a respeito de alguns brasileiros. Mas não quero dizer que não vou lutar pela democracia que eu acredito. A reconciliação que eu desejo é uma reconciliação para a construção deste país e não para a sua destruição. [...]” (FIGUEIREDO..., 1979, p. 06).

No excerto acima destacado, Figueiredo apontou, em primeiro momento, que as pretensões iniciais de respeito à lei e à Constituição não foram seguidas pelo governo. Compreende-se que parte disso se deu por conta da justificativa utilizada pelos militares de um suposto temor à “ameaça comunista”, como também das preocupações em relação às questões econômicas e políticas do governo de João Goulart, entre outros fatores

⁶ João Belchior Marques Goulart (1919-1976) nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul. Formou-se em Direito (1939), foi Deputado Federal (1951-1953), Ministro do Trabalho (1953-1954), vice Presidente da República (1956-1961) e Presidente da República (1961-1964). Em 1964 foi destituído do cargo por um golpe civil-militar que origem ao período da Ditadura Militar (1964-1985). Cf. (FERREIRA, 2010).

(D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p. 14). Dessa forma, observa-se que o infringir das normas institucionais consistiu na maneira encontrada durante a ditadura para a preservação do poder, tocando seu projeto político.

No momento em que Figueiredo realizou seu pronunciamento, um dos projetos da Lei da Anistia havia sido aprovado no Congresso Nacional, no dia 22 de agosto de 1979, e estava em fase de tramitação para ser sancionada pelo presidente. A iniciativa de encaminhar uma proposta de anistia ao Congresso integrava parte dos planos de abertura política e redemocratização conduzidos por Figueiredo. Vale mencionar que em grande parte do período ditatorial no país vigorava o bipartidarismo. Em 1966, por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2)⁷, e regulamentação do Ato Complementar nº 4, foram criados a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em princípio, a Arena, partido do governo, representava as forças e interesses dos militares no poder, enquanto o MDB era o partido de oposição moderada.

Contudo, o período da anistia de 1979 demonstrou que o sistema bipartidário estava se tornando insustentável, uma vez que vozes dissonantes começavam a surgir e contestar o próprio partido do qual faziam parte, indicando posicionamentos contrários aos interesses defendidos pelos pares. É o caso, por exemplo, de um dos projetos de anistia que estava em votação no Congresso Nacional em 22 de agosto. A proposta do deputado Djalma Marinho (Arena-RS)⁸ defendia a ampliação da anistia. Apesar de ser contrária aos interesses de Figueiredo, a proposta de Marinho também contou com o apoio de outros deputados da Arena – para além da maioria do MDB. Seu projeto, portanto, visava a ampliação do perdão aos presos políticos que, por sua vez, não estavam sendo contemplados pela proposta do deputado Ernâni Sátiro (Arena-PB)⁹, a qual representava os interesses de Figueiredo e parte da Arena. Como observado, ambos os deputados compunham o mesmo partido, a Arena, mas o que estava em confronto era algo decisivo: a aprovação da anistia parcial, de Sátiro, ou a anistia ampla, geral e irrestrita, defendida por Marinho. A votação do dia 22 de agosto havia sido entre esses dois projetos de lei. Foi uma disputa bastante acirrada no Congresso Nacional e,

⁷ Os Atos Institucionais (AI) foram decretos e normas de natureza constitucional expedidos entre 1964 e 1969. Ao todo, existiram 17 AIs e 104 atos complementares, concedendo um poder expressivamente centralizado ao Executivo. Cf: (D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p. 23)

⁸ Djalma Marinho (1908-1981) nasceu em Nova Cruz, Rio Grande do Norte. Formou-se em Direito (1932) e foi Deputado Federal pela União Democrática Nacional, a UDN (1951-1955). Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Arena e foi Deputado Federal até 1981. Em 1979 defendeu o projeto de anistia ampla, geral e irrestrita. Cf: (LIMA, 2010).

⁹ Ernâni Aires Sátiro (1911-1986) nasceu em Patos, Paraíba. Formou-se em Ciências Jurídicas (1933) e foi Deputado Federal pela UDN. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Arena. A partir de então, foi Ministro do Supremo Tribunal Militar (1969-1970), Governador de Paraíba (1971-1975) e Deputado Federal (1979-1986), momento no qual defendeu o projeto de anistia restrita, adotado por Figueiredo. Cf: (CARNEIRO, 2010).

com apenas 206 contra 201 votos, o projeto de anistia parcial, defendido por Sátiro, foi aprovado. Como apontou Carlos Fico, a aprovação do substitutivo de Ernâni Sátiro permitiu a transição pactuada e facilitou o processo de reabertura democrática, já que:

“[...] contemplou não apenas o “perdão aos torturadores”, mas selou o pacto básico da transição ao garantir que, superada a ditadura, os que a implantaram e a conduziram não seriam punidos por seus atos arbitrários. Não era apenas o crime de tortura que preocupava os militares, mas toda sorte de irregularidades cometidas ao longo da ditadura por oficiais de diversas patentes”. (FICO, 2010, p. 333).

Como visto, a definição dos alcances da lei foi objeto de intensas disputas no interior do Congresso Nacional; discussões essas que também foram retratadas nas páginas da imprensa, que exerceu seu agenciamento histórico ao realizar a cobertura jornalística do processo de tramitação legislativa. Desse modo, o projeto que havia passado no Congresso Nacional e estava sendo encaminhado para sanção, nesse primeiro momento, coincidia com a postura do presidente Figueiredo, em defesa da implementação de uma anistia parcial e restrita. O discurso pronunciado em Batatais era bastante significativo, ao passo que, após a aprovação de um projeto restrito, o presidente sentia a necessidade de reiterar seu apelo por uma conciliação nacional. Seu discurso compôs, assim, parte dos embates que envolviam os diferentes projetos de anistia.

Na fala de Figueiredo, as palavras escolhidas em diversos trechos aludem à determinação, desde o início de seu mandato, com o plano de transição política “lenta, gradual e segura”¹⁰, no qual o projeto de anistia também se inseria. Sendo assim, a posição defendida pelo governo era da “anistia recíproca”, e consistia no perdão, ao mesmo tempo, dos revolucionários e suas ações, assim como da tortura e dos torturadores. (REIS, 2010, p. 318).

Figueiredo, ao ter a pretensão de realizar “a confraternização dos brasileiros” e “perdoar inclusive aqueles que momentaneamente se esqueceram dos deveres para com a pátria”, demonstrou – entre as possibilidades de interpretação – que esses trechos estariam fazendo menção, indiretamente, ao projeto de anistia defendida pelo governo. Perdoar, nesse sentido, estaria atrelado à noção de esquecimento. O projeto governamental defendia o apagamento da memória violenta e repressiva, a qual os militares não queriam que permanecesse no imaginário social associada ao período da ditadura. O esquecimento tornara-se de uma ferramenta de ação política, conforme apontado por Francisco Carlos

¹⁰ Essa transição lenta, gradual e segura foi preconizada pelo general Ernesto Geisel, já mencionado, presidente que antecedeu Figueiredo. Cf. (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997).

Teixeira Silva (SILVA, 2003, p. 243). Allana Vieira e Teresa Neves complementam e reforçam este argumento ao observarem que “o processo de anistia levado a efeito no Brasil após duas décadas de ditadura civil-militar tratou de simular um ‘perdão’” e, para além disso, “promover uma ‘paz’ que jazem sob um forte traço autoritário” (VIEIRA; NEVES, 2015, p. 46), moldando significativamente as relações sociais do país.

Carla Rodeghero ainda destacou que o projeto governamental defendia a anistia como um processo de reconciliação ou de “pacificação da família brasileira”, possuindo como pressuposto “a crença na possibilidade e na positividade do esquecimento daquilo que, no passado, gerou confronto e violência” (RODEGHERO, 2009, p. 133) – reforçando a compreensão do processo conflituoso de elaboração da lei. Como argumentou Aarão Reis, a “anistia recíproca” da ditadura civil-militar teria sido encabeçada por três frentes diferentes, sendo elas não apenas os agentes militares e os amplos setores da sociedade civil, mas também alguns dos meios hegemônicos de comunicação. (REIS, 2000, p. 71).

Os Jornais O Globo e O Estado de S. Paulo

Retomando a análise da publicação d’o Globo, ao reproduzir o discurso completo de Figueiredo, o jornal retratou na composição do seu texto algumas frases que relatavam a emoção do presidente, que havia inclusive chegado às lágrimas, impactado com sua própria fala. Não por acaso, o discurso de Figueiredo foi publicado no impresso de maneira integral e com poucos comentários para além do destaque a alguns trechos da sua fala, com “declarações comoventes”, ocupando uma das chamadas do dia e, ainda, parte da página 6 do impresso. Dessa forma, a notícia expressava o posicionamento do jornal, que apoiava integralmente o projeto do governo, sendo adepto ao discurso de conciliação, como também acatava e compactuava com a reabertura lenta, gradual e segura.

O general Figueiredo contou, dentre outras áreas, com o apoio massivo da grande imprensa¹¹, compreendida por Antonio Gramsci como uma das esferas fundamentais para a manutenção do exercício do poder na sociedade capitalista, caracterizando-a como a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica (GRAMSCI, 1948, p. 22). Isso significa que a imprensa exercia um papel hegemônico naquele processo e, sobretudo, nos grandes espaços urbanos contemplados pelo eixo Rio-São Paulo.

11

A expressão é empregada aqui no sentido de referir-se aos jornais de grande circulação com perfil empresarial.

Outro periódico que, de modo geral, privilegiou em 1979 o discurso da anistia e do fim da ditadura de acordo com as propostas estipuladas pelo governo, foi o Estado de S. Paulo. A notícia intitulada “Noronha lembra a ‘mão estendida’”, presente na página cinco do impresso, destacava um evento que havia ocorrido na Escola de Guerra Naval (EGN), no Rio de Janeiro, localizada no bairro da Urca, próximo à Praia Vermelha. A ocasião havia sido marcada para realizar a cerimônia de entrega de diplomas *honoris causa* a alguns militares, dentre eles o general Figueiredo, e fez parte das comemorações do 30º aniversário da Escola Superior de Guerra (ESG). Durante a solenidade, o comandante da ESG, almirante Carlos Henrique Resende de Noronha, fez um discurso referindo-se à fala de Figueiredo sobre a ‘mão estendida’. No corpo da notícia, alguns trechos da apresentação do almirante são mencionados, dentre os quais, destaca-se o excerto:

“parece-nos chegada a ocasião de enfatizar a participação de todos neste momento, em que vossa excelência, senhor presidente, oferece sua mão estendida, para que esqueçamos nossas divergências e todos juntos possamos participar da transformação desse país em uma pátria melhor e mais justa” (NORONHA..., 1979, p. 05).

O trecho mencionado pressupõe algumas linhas de interpretação, dentre as quais destacaremos duas. A primeira era a adesão, pelos comandantes da EGN e ESG, organizações militares, ao projeto governamental de abertura. A segunda refere-se ao posicionamento convergente do periódico O Estado de S. Paulo em relação às medidas adotadas pelo governo, já que a composição da notícia, ao registrar a declaração do almirante Resende e referenciar o discurso conduzido por Figueiredo, o faz sem tecer críticas às questões defendidas em seu conteúdo.

Até o momento foram mencionados dois periódicos que circulavam no contexto da ditadura militar brasileira, sendo eles: O Globo, do Rio de Janeiro e O Estado de S. Paulo, da capital paulista. Ambos poderiam ser caracterizados, durante as décadas finais de 1970, como jornais da grande imprensa empresarial, pelas suas posturas conservadoras e, principalmente, por terem endossado os projetos governamentais de abertura e redemocratização lenta, gradual e segura, além de apoiarem a anistia recíproca e restrita. Eles expressavam, assim, um dos lados da disputa entre os diferentes projetos preconizados à época: o projeto que ganhava cada vez mais força por ser apoiado pelos altos comandos militares, pela elite econômica e, principalmente, por ser defendido pelo governo de Figueiredo.

Existiam, ainda, os jornais de postura moderada, que exerciam críticas limitadas ao governo, como é o caso dos jornais Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil. Não caberia aqui caracterizá-los como oposição, visto que estes ainda assumiram condutas conservadoras e

consensuais com o governo vigente em 1979. De certa maneira, as posturas contrárias a algumas decisões do período permitiram que esses periódicos fossem vistos, em algum sentido, como órgãos críticos. Por outro lado, o caráter definido como moderado e liberal fazia os jornais serem, em parte, favoráveis ao governo militar, realizando, simultaneamente, frequentes elogios ao general Figueiredo e apresentando críticas pontuais aos acontecimentos do período. À época, esses impressos também trouxeram seus pontos de vista e discussões a respeito do discurso conciliatório de Figueiredo, que pretendemos discutir a partir da próxima seção.

Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo

O Jornal do Brasil se caracterizava por ênfase nas pautas políticas. O impresso dedicava-se aos diversos assuntos do governo e oposição a partir de várias páginas com amplas notícias, editoriais e colunas de opinião. Um dos importantes nomes desse periódico foi o jornalista Carlos Castello Branco (1920-1993), que chefiou a sucursal do jornal em Brasília e manteve durante trinta anos, entre janeiro de 1963 e abril de 1993, uma coluna política diária intitulada “Coluna do Castello”. Apesar de ter sido favorável ao golpe de 1964 que depôs Goulart, o colunista, pouco tempo depois, começou a discordar dos aspectos violentos e repressivos do governo ditatorial. Essas suas divergências passaram a ser registradas – e diversas vezes, censuradas – em suas colunas diárias. Em 1979, Carlos Castello Branco já havia intensificado suas críticas em relação ao governo de Figueiredo (FERREIRA, 2010). Então, no dia 22 de agosto de 1979, o jornalista publicou na Coluna do Castello o artigo intitulado “Fisiologia detém a mão estendida”. Em seu texto, chamam atenção os trechos:

“Entendem os dirigentes da Oposição que, no fundo, o Governo está sob domínio de um grupo fisiológico, o qual teme mais do que deseja a presença da Oposição na área de decisões. Não há conciliação nem entendimento entre as correntes políticas [...] sem repartição do poder. E o fato é que o grupo que está no comando não admite a hipótese de perder qualquer fatia do bolo que sofregamente está sob seu controle.

O Presidente não poderia aprofundar o seu gesto da mão estendida [...] porque se encontra cercado por quase todos os lados de um sindicato de poder que conquistou os postos e passou a dominar as decisões [...].

A conciliação, envolvendo a participação da Oposição, seria tudo quanto não deseja esse sindicato de poder e é por isso que ao invés de ter-se tornado mais viável, a política de entendimento vai-se tornando uma hipótese improvável. Quem está no Poder não pretende abrir mão de nada, muito menos em favor de uma Oposição que tem revelado, ao longo de seu combate, ser portadora de inspirações que não condizem com as do grupo vitorioso. A mão estendida pelo General Figueiredo seria assim, no dizer dos opositores a quem nos referimos, apenas uma mão vazia” (BRANCO, 1979, p. 02).

Os excertos indicados acima revelam as tensões em torno do projeto governamental de Figueiredo. A ‘oposição’ indicada no trecho referia-se ao MDB. Ao expressar que não havia “conciliação nem entendimento entre as correntes políticas” e que o presidente não poderia “aprofundar o seu gesto da mão estendida” ao passo que “passou a dominar as decisões”, o artigo apontava que o desejo de conciliação de Figueiredo e abertura democrática defendidos eram, em outras palavras, uma imposição. Embora houvesse constantes disputas dentro do próprio Congresso Nacional – como exemplificado pelo projeto de anistia de Djalma Marinho –, Figueiredo, que a primeiro momento defendia a busca por uma conciliação em seu discurso, na prática, indicava o seu posicionamento restrito. Impedia, inclusive, a ação direta da oposição. Suas “mãos estendidas à democracia” estariam vazias, já que não tinham nada a oferecer para além da imposição dos próprios interesses militares.

Outra reportagem relevante a ser apresentada é a do periódico paulista Folha de S. Paulo. O artigo “Rescaldo da anistia”, publicado na página de opinião do impresso no dia 26 de agosto de 1979, comentava sobre os processos de avaliação da anistia recém aprovada, que por apenas cinco votos de diferença, havia retirado a possibilidade de amplitude. No texto, sem autoria, comenta-se que o discurso de Figueiredo em Batatais reafirmando a conciliação, seria em vão caso “fosse ela ampla e irrestrita” (RESCALDO..., 1979, p. 02). O artigo ainda afirmava que a fala de Figueiredo havia sido voltada, especialmente, à oposição emedebista e aos que eram contrários ao projeto de anistia restrito. Como abordado na notícia:

“Daí o apelo forte em Batatais, ao qual não faltam palavras dirigidas à própria Oposição, derrotada, mas não convencida, e provavelmente ditadas ao coração dos que, na Arena, votaram pelo projeto vencido de Djalma Marinho. O Presidente Figueiredo aparenta querer, a despeito da anistia parcial e do esquecimento restrito e reservado, que na Arena não se alarguem as divisões internas.

Tal alargamento iria demonstrar que, em um primeiro momento, a anistia restrita teria dividido a Arena e unido a oposição. [...]

A conciliação nacional, [...] não ignorará o fato, que se fez presente em uma mobilização nacional expressiva e numa clara demonstração que a política de anistia irrestrita mobilizou e continuará mobilizando vontades com o objetivo amplo” (RESCALDO..., 1979, p. 02)

Algumas interpretações sobre o excerto acima podem ser consideradas. Dentre as quais, é possível ressaltar o aspecto de continuidade da luta da oposição pela conquista da anistia ampla, apontando para a perspectiva de que os embates continuaram existindo e movimentando as mobilizações nacionais mesmo após a aprovação da lei no Congresso. Outro aspecto a ser pontuado é sobre o posicionamento de alguns membros da Arena. Como já mencionado, o sistema bipartidário estava em crise e, inclusive, notícias acerca da sua

reestruturação já eram muito comuns nas páginas dos periódicos. Críticos a esse modelo enfatizavam ser um sistema antidemocrático e sem dinamismo. Muitos passaram a defender a volta do sistema pluripartidário, que permitiria a criação de novos partidos políticos. Um aspecto a ser considerado nessa notícia é que, apesar de estar localizada na parte de colunas e artigos de opinião do impresso, não há identificação do autor. Uma das hipóteses de interpretação é que, ao não apontar autoria, o jornal estaria indicando que parte de seu posicionamento estaria de acordo com o conteúdo do texto.

Os periódicos *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo* contribuíram com importantes discussões a respeito da fala de Figueiredo. Por fim, vale ainda mencionar um jornal que destoava dos demais periódicos já mencionados: a *Tribuna da Imprensa*. Seu posicionamento era progressista, o que resultou, dentro de um contexto repressivo como o da ditadura, em diversos atentados e perseguições ao impresso – mesmo durante 1979 –, que por muitas vezes eram praticados por grupos militares insatisfeitos com a abertura política.

Tribuna da Imprensa

Em 1962, Hélio Fernandes (1920-2021) assumiu a direção do periódico *Tribuna da Imprensa*, local em que permaneceu até o fim da circulação impressa do jornal, em 2008. O jornalista era ainda encarregado de escrever os editoriais, normalmente publicados na primeira página do periódico, com sua assinatura. Embora em 1964 tenha apoiado o golpe civil-militar por ser contra o governo de João Goulart, já a partir da promulgação do AI-1,¹² apenas oito dias após o golpe, em 9 de abril de 1964, Hélio Fernandes mudou de postura e passou a criticar a ditadura militar. Assim, começou a utilizar suas colunas no jornal para fazer oposição ao governo. Por conta disso, diversas vezes o jornalista foi preso na redação da *Tribuna da Imprensa*. (FERREIRA, 2010).

A oposição da *Tribuna* foi se ampliando cada vez mais e, dessa maneira, em 1979, Hélio colocava-se contra ao projeto de abertura governamental comandado por Figueiredo, sendo também crítico da anistia restrita, a qual chamava de ‘anistia capenga’. Seu posicionamento era bastante presente nas páginas do periódico. Nesse sentido, a *Tribuna da Imprensa* era considerado um jornal de oposição ao governo de Figueiredo. Em 23 de agosto de 1979, o jornalista publicou em editorial “‘Anistia’ sem união nacional”. Sua posição era

¹² O AI-1 determinou que os governos ditatoriais poderiam cassar mandatos legislativos, além suspender os direitos políticos pelo período de até dez anos e afastar do serviço público todos os que fossem considerados subversivos e ameaçassem a segurança nacional. Também convocou as eleições indiretas para o cargo de Presidente estendeu o mandato até 1966, sem eleições. Cf. (D’ARAÚJO; JOFFILY, 2019, p. 23)

clara: a favor da anistia ampla, geral e irrestrita. Por isso, ao mencionar a palavra no título a manteve entre aspas, recurso comumente utilizado para ironizar e, que nesse caso, indicava uma anistia que, ao seu ver, não tinha o mínimo de potencial transformador. Em seu texto, Fernandes faz duras críticas ao presidente e ao seu discurso em defesa da conciliação e da democracia. Ao iniciar, comentava sobre a aprovação parcial da lei pelo Congresso, que havia acontecido no dia anterior:

“O general João Figueiredo perdeu ontem uma extraordinária possibilidade de concretizar a tão famosa e badalada união nacional. Não adianta falar mais em mão estendida porque ninguém vai entender, vai admitir. *Que mão estendida é essa que não tem nada dentro* [grifo nosso], que na hora da decisão parece mais preparada para a agressão do que para o carinho, está mais para a violência do que para a compreensão, é mais uma prova de hostilidade do que *conciliação?* [grifo nosso]” (FERNANDES, 1979, p. 01).

A escrita de Hélio Fernandes, em tons irônicos, criticava duramente o projeto de anistia aprovado. Mais uma vez, as disputas entre os diferentes projetos são evidenciadas e, nesse caso, o jornalista defendia um posicionamento que buscava a amplitude da lei. Ao prosseguir, Fernandes ainda questionou “quer dizer então que aquele ‘hei de transformar este País numa Democracia’, não era uma manifestação autêntica, não era uma decisão, uma vontade, um desejo irreprimível e avassalador?” (FERNANDES, 1979, p. 01). O jornalista, nesse trecho, analisa a atuação de Figueiredo, apontando-a como contraditória. Em seu raciocínio, era incongruente o general defender a democracia ao passo que sustentava a aprovação de uma anistia que não abrangia o perdão a muitos dos condenados e presos políticos. Ao fim, conclui apontando em sua coluna que “não há nenhuma dúvida dentro de mim, que também não pode haver conciliação nacional, pacificação, cessação final das hostilidades, sem uma anistia ampla, geral e irrestrita” (FERNANDES, 1979, p. 01). Ou seja, não existiria concordância, entendimento ou união enquanto a mão de Figueiredo não fosse estendida a todos em pé de igualdade. O discurso de Figueiredo era, de maneira geral, repleto de conservadorismos – no sentido de manter a estrutura de poder da classe dominante – e também de valores morais, posicionamento que era o mesmo de alguns dos jornais discutidos.

Neste sentido, podemos considerar os meios de comunicação como agentes orgânicos desse processo de discussão acerca da abertura política, bem como da elaboração da lei da anistia. Os jornais evidenciados acompanharam atentamente o processo de abertura política e redemocratização do país, contexto no qual se inseriram as negociações em torno da lei da anistia, revelando um processo conflituoso, retratado em suas páginas. A maneira como cada um dos periódicos tratou acerca dos discursos de Figueiredo indicava diferentes

posicionamentos, ora conformados com a ideologia do projeto militar, como foi o caso dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, ora questionando, como no caso do Jornal do Brasil e da Folha de S. Paulo e, de maneira mais crítica, da Tribuna da Imprensa.

Muitos dos principais jornais da imprensa brasileira, como retratou Aarão Reis, eram hostis e contrários ao caráter opressivo do regime ditatorial, tais como a censura jornalística. Mas, ao mesmo tempo, constituíam-se também como “adversários das políticas radicais de enfrentamento, como ficara demonstrado pela atitude de neutralidade passiva, assumida em relação às ações e lideranças identificadas com a luta armada” (REIS, 2000, p. 39). Em outras palavras, a transição pactuada, além de lenta, gradual e segura, foi um esforço bem sucedido de estabilização do poder das elites econômicas brasileiras e resultou na “liberalização gradativa dos controles sobre a mídia, com a suspensão da censura aos jornais a partir de 1978” (REIS, 2000, p. 39). Isso viabilizou a manutenção do poder centralizado, mesmo após a ditadura, nas mãos de setores dominantes e evitou, dessa forma, o ressurgimento radicalizado das esferas ‘subversivas’ que, segundo argumentavam, poderiam pôr em xeque o domínio capitalista hegemônico das elites brasileiras.

Para além do projeto de anistia restrita defendida pelo governo, diferentes segmentos da sociedade se envolveram nos debates sobre o tema, adotando estratégias variadas de pressão como, por exemplo, manifestações populares. A anistia foi resultado também de negociações e conflitos ocorridos dentro da esfera parlamentar, como retratado pelos periódicos. Por outro lado, ao ser perpetuado, o projeto conciliatório do general Figueiredo consolidou um quadro de esquecimento dos atos de violência e de autoritarismo cometidos durante o contexto ditatorial – traços de apagamento que, inclusive, ocultaram as inúmeras pressões e lutas travadas pelos setores da oposição. A reciprocidade da lei e o espírito de conciliação em busca da pacificação nacional resultaram no ocultamento das atrocidades cometidas pelos militares durante o período ditadura civil-militar.

A pacificação nacional ocorreu pela via do esquecimento e do perdão aos militares, legitimando a impossibilidade de punir aos agentes repressivos que torturaram, cassaram, silenciaram e assassinaram. Por outro lado, a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita de 1979 foi uma importante expressão da luta pela democracia e contra a ditadura, fruto de uma frente política que mobilizou o conjunto dos movimentos sociais e de setores da oposição. Embora derrotada, todo o processo de discussão presente nos jornais trabalhados documentou os confrontos políticos que ocorreram no governo de Figueiredo. Compreender os embates em torno da aprovação da lei e do projeto de abertura traz à tona a relevância do

enfrentamento ao negacionismo pelos quais, principalmente, o autoritarismo ditatorial e as práticas de tortura foram silenciados.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Carlos Castello. FISILOGIA detém mão estendida. **Jornal do Brasil**. Ed. nº 136. Rio de Janeiro, 22 ago. 1979, p. 02.

CARNEIRO, Alan. **Ernâni Sátiro**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-satiro>. Acesso em: 15 jun. 2021.

COSTA, Marcelo; RAMOS, Plínio de Abreu. **João Batista Figueiredo**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo>. Acesso em: 14 jun. 2021.

COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. **Ernesto Geisel**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>. Acesso em: 15 jun. 2021.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário, ditadura militar e redemocratização, Quarta República (1964-1985)**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

DEMOCRACIA - Afirma Figueiredo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 01, 16 março 1979.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FERNANDES, Hélio. "ANISTIA" sem união nacional. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 23 ago. 1979, p. 01.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Carlos Castello Branco**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castelo-branco-carlos>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. **Hélio Fernandes**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-helio>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FICO, Carlos. **A negociação Parlamentar da anistia e o chamado “perdão aos torturadores”**. Revista Anistia Política e Justiça de Transição , n.4, jul./dez. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30005.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FIGUEIREDO reafirma desejo de conciliação. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 06, 24 ago. 1979.

FIGUEIREDO insiste na reconciliação nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 01, 24 ago. 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Volume 1. Torino: Sinapsi Editora. [1948] 2018.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Djalma Marinho**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/djalma-aranha-marinho>. Acesso em: 15 jun. 2021.

NORONHA lembra ‘mão estendida’. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 05, 21 de agosto de 1979.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, janeiro-junho de 2010.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

RESCALDO da anistia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 02, 28 de agosto de 1979.

RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia entre memória e esquecimento**. História Unisinos, São Leopoldo – RS, v. 13, n. 2, Maio - Agosto 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIEIRA, Allana Meirelles; NEVES, Teresa Cristina da Costa. **Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe**. Ipotesi – Revista de Estudos Literários [online], v. 19, n. 2. Juiz de Fora, 2015.